

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.774.709 - MG (2020/0266299-1)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE : DEPARTAMENTO DE EDIFICACOES E ESTRADAS DE
RODAGEM DO ESTADO DE MINAS GERAIS - DEER-MG
PROCURADORE : FLÁVIA BAIÃO REIS MARTINS - MG075349
S
NATHALIA DANIEL DOMINGUES - MG124956
AGRAVADO : ELIZABETE MACEDO SOUZA MONTEIRO
ADVOGADOS : JULIANO DE MELO MAGALHÃES - MG085006
RENATA PERDIGÃO DE PAIVA COTA - MG080594
INTERES. : MUNICÍPIO DE OURO PRETO
ADVOGADO : ERIKA DA SILVA MOREIRA - MG181730

DECISÃO

Cuida-se de agravo apresentado por DEPARTAMENTO DE EDIFICACOES E ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DE MINAS GERAIS - DEER-MG contra a decisão que não admitiu seu recurso especial, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, que visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, assim resumido:

AGRAVO DE INSTRUMENTO LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA POR ARBITRAMENTO HOMOLOGAÇÃO DE CÁLCULOS AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS CÁLCULOS APRESENTADOS PRECLUSÃO RECURSO NÃO PROVIDO

Quanto à controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação do art. 507 e art. 510, do CPC, no que concerne à inafastabilidade da realização de perícia na liquidação de sentença por arbitramento, sendo esta uma medida impositiva ao juízo, em razão do disposto no art. 510 do CPC, trazendo os seguintes argumentos:

Configura-se, no caso concreto, ampla violação ao disposto no art. 510 do CPC, pois, na modalidade de liquidação por arbitramento, a omissão do devedor no tocante ao fornecimento de laudo técnico ou outros documentos não impõe, automaticamente, o acolhimento dos cálculos apresentados pelo credor, como se entendeu na espécie.

E, sobre este aspecto, restou demonstrado que os cálculos apresentados pelo Recorrido foram homologados pelo juízo a quo pelo simples fato de o DEER-MG, ora Recorrente, não ter impugnado os valores apresentados na fase de liquidação da sentença.

[...]

Como se vê, o único motivo para a homologação dos cálculos apresentados pelos Recorridos foi a ausência de impugnação específica do ora Recorrente, que, no caso, não se revela obrigatória, à luz do art. 510 do CPC.

Ao agir de tal forma, a decisão ora impugnada acaba por desnaturar a finalidade da liquidação por arbitramento, a revelar a homologação automática de cálculos unilateralmente apresentados pelo credor, desrespeitando a modalidade de homologação já definida na origem (fls.135- 136).

[...]

Por consequência, toda a interpretação levada a cabo pelo v. acórdão acaba por ensejar, igualmente, violação ao art. 507 do CPC, uma vez não configurada a preclusão apontada (fl. 137).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Na espécie, não houve o prequestionamento da tese recursal, uma vez que a questão postulada não foi examinada pela Corte de origem sob o viés pretendido pela parte recorrente.

Nesse sentido: “O Tribunal de origem não tratou do tema ora vindicado sob o viés da exegese dos artigos 131 e 139 do CPC/1973, e, tampouco o recorrente opôs embargos de declaração visando prequestionar explicitamente o tema. Incidência da Súmula 211/STJ”. (AgInt no REsp n. 1.627.269/PE, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 27/9/2017.)

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp 1.514.978/SC, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe de 17/6/2020; AgInt no AREsp 965.710/SP, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe de 19/9/2018; e AgRg no AREsp 1.217.660/SP, relator Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe de 4/5/2018.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente